

**ATA Nº 15/2018 – Reunião Ordinária do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Camboriú/SC – 10/12/2018.** Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se ordinariamente, na sede da Casa dos Conselhos, às quatorze horas, os(as) seguintes conselheiros(as): Natalli Pazini Silva (Titular/Política de Assistência Social – SDIS), Laudair Reis (Suplente/Política de Assistência Social – SDIS), Candice Munhoz Cazorla (Titular/Proteção Social Básica – CRAS), Paulo Fabrício Ulguim Rodrigues (Suplente/Proteção Social Básica – CRAS), Allan Müller Schroeder (Titular/FURBES), Marcia Maria Sartori (Titular/Secretaria de Educação), Ketlin Talevi (Suplente/Secretaria de Articulação Governamental), Gilberto Antunes (Suplente/Usuário CRAS Nação Cidadã), Wilson Reginatto Junior (Titular/Entidades – Amor pra Down), Morgana Pavan (Suplente/AMA Litoral), Vanessa Fiorini (Titular/Entidades – APAE), Fernando Farias (Suplente/Entidades – FACDD), Maria Aparecida Nunes da Silva (Titular/Entidades – AFADEFI), Emanuelle Moraes Ormeneze Carnevalli (Titular/OAB), Maristela Vieira (CREFITO 10 - entidade trabalhador). **Contando com a Participação de:** Kelli F. Fernandes de Andrade - Casa das Anas, Cláudia Lobo Philippi - Psicóloga e Patrícia da Costa Oliveira - SDIS. A presidente Vanessa saúda a todos, repassa a ata número 14 para assinatura que foi enviada por email para leitura. **Retorno sobre evento relacionado a População de Rua do dia 13/11,** a presidente explicou que foi apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Inclusão Social um plano para atendimento da população de rua, em evento aberto, esse plano segundo a apresentação da secretária de Inclusão Social Christina foi baseado do perfil do público. A Presidente explicou que não foi informado a fonte ou empresa que realizou a pesquisa. Em seguida Vanessa afirmou que na apresentação seu nome foi citado como uma das elaboradoras do plano, contudo a mesma informou que até aquele dia não teve nenhum conhecimento, acesso ou contato com esse plano de ação e que inclusive ele não atende às especificidades determinadas pela lei do SUAS. A Presidente deixa claro e ratifica que em nenhum momento foi chamada para conversar sobre esse trabalho com a população de rua pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social ou por qualquer outro órgão ou pessoa a ele vinculado e que ficou chocada ao saber que o seu nome estaria sendo vinculado a esse projeto. a conselheira Candice que até o momento fazia parte da equipe de gestão do SUAS da Secretaria disse que também não teve acesso ao projeto que foi elaborado por outra equipe determinado pela secretária Cristina Barrichello, que o plano não é fruto da equipe de gestão que estavam ela, Laudair e Cláudia e que por conta da diferença de pensamento os mesmo pediram afastamento da função e aguardam determinação da secretária Christina sobre onde serão alocados. O conselheiro Gilberto disse que fica feliz em saber disso, pois ficou muito preocupado, pois o conselho não havia sido informado sobre o plano e que por isso estranhou o fato da Presidente estar envolvida neste projeto. Na avaliação dos conselheiros o plano não atende a população de rua, não respeita à política nacional do SUAS, tanto na formação da equipe, quanto na forma de abordagem, acolhida e encaminhamento dos usuários. Os conselheiros ainda frisaram que a pesquisa não foi apresentada ao conselho e que eles não sabem qual foi a empresa ou equipe que desenvolveu essa pesquisa e que portanto esses dados são questionáveis. Os conselheiros ainda apontaram a preocupação com essa forma de campanha de marketing que foi desenvolvida em torno do morador de rua, dando a sensação é de que todo morador teria relação ou seria usuário de drogas e isso preocupa o conselho. Além disso foi apresentado que a antiga sede da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social acolheria então a população de rua sendo a nova casa de passagem, mas o acordado com conselho era a implantação do centro POP, contudo a forma apresentada no dia do evento não corresponde às orientações que o SUAS dá para implantação deste tipo de serviço. Em virtude deste plano não ter

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*



sido apresentado por ao conselho, os conselheiros discutem qual será o encaminhamento dado, uma vez que envolve recursos do fundo da assistência social e este deveria ser um serviço tipificado pelo SUAS. Após debate dos conselheiros optaram então por encaminhar um ofício de denúncia acerca desse plano do morador de rua, bem como de outros encaminhamentos que não foram respondidos durante todo ano, e que mesmo após a conversa com a secretária ainda não tiveram retorno. Sendo este um dos problemas apontados durante todo o ano pelo conselho, os conselheiros então discutem como será elaborado este documento constando então todas as atas ofícios e documentos encaminhados aos órgãos de competência e que envolvem a política de assistência social no município e dos quais este conselho não teve muitas vezes o retorno ou mesmo a implantação de alguns serviços necessários, ficando então definido os seguintes pontos para elaboração deste ofício que será encaminhado para promotoria de justiça e ao Prefeito Municipal. Constará no documento os seguintes encaminhamentos: a) referente a lei municipal do SUAS, que trata da aprovação na câmara de vereadores da lei orgânica Municipal da política de assistência social, encaminhado ainda no início do ano e que no meio do ano teve um projeto na Câmara de Vereadores protocolado, mas que não condiz com o projeto aprovado em audiência e deliberado nas conferências municipais; b) atendimento à população de rua que trata da questão da casa de passagem do migrante, bem como da implantação do centro POP, prometido pela gestão atual para este ano; c) benefícios eventuais de vulnerabilidade temporária, que foi aprovado em reunião deste conselho um projeto de lei para que possa a cesta básica ser transformada em cartão mas até o momento não tivemos retorno do encaminhamento dado pelos órgãos competentes; d) recursos humanos foi denunciado que alguns CRAS estão sem a equipe de referência obrigatória, bem como o CREAS; e) secretaria executiva dos CMAS, os conselheiros lembraram ainda nesta reunião que conforme legislação o conselho deveria contar com um servidor para atender as demandas, mas que isso não acontece, fragilizando então o trabalho do Conselho; f) utilização dos veículos comprados com fundo da assistência social, os conselheiros lembraram ainda da resolução feita sobre todos os veículos que foram adquiridos e que tem uso específico dentro dos serviços, mas que este conselho vem no decorrer do ano recebendo denúncias sobre o desvio do uso, notificando a secretaria de desenvolvimento inclusão social e que até o momento não teve esse retorno; g) entidade realizando acolhimento em desconformidade com o objeto pactuado, ainda foram recebidos denúncias referentes ao acolhimento de pessoas na casa das anas, que trata de acolher mulheres vítimas de violência em plano de ação aprovado por este conselho, contando com 8 vagas especificamente para essas as vítimas, mas que conforme denúncias estão agora recebendo imigrantes refugiados venezuelanos que não foram vítimas de violência doméstica; h) reordenamento dos serviços de acolhimento Municipal para crianças e adolescentes e construção do equipamento, também foi lembrado durante a reunião sobre a construção da casa para crianças e que durante todo o ano o conselho através de sua comissão trabalhou para acompanhar, mas que até o momento ainda não teve retorno de como estaria andando esse procedimento. Esses temas estarão no documento a ser encaminhado. **Aprovação do demonstrativo financeiro de 2017 - comissão de finanças**, a conselheira Natalli apresenta o demonstrativo de 2017 e lembra que todos esses gastos receitas e despesas já foram averiguados pela comissão e aprovados, que esse seria um resumo para encaminhar ao ministério do desenvolvimento social, a presidente coloca em votação o demonstrativo, sendo aprovado pelos conselheiros. **Aprovação da prestação do 3º trimestre - comissão de finanças**, as conselheiras Vanessa e Ketlin apresentaram o balancete da prestação de contas do FMAS analisado na reunião da comissão que trouxe um total geral de receitas de

*[Handwritten signatures and initials]*



R\$118.783,27 e um total geral de despesas empenhadas R\$ 157. 443, 81 e liquidado R\$ 344.556,89. As conselheiras informaram ainda que notificaram o fundo nacional para reformulação do IGD/SUAS devido aos gastos com a conferência. A comissão informou ainda o encaminhamento de um ofício para secretaria para questionar o plano de ação do CRIP e o relatório do que já foi executado utilizando recursos do acessuas. Com as dúvidas sanadas a comissão sugere a aprovação da prestação de contas do terceiro trimestre do fundo municipal de assistência social. Em seguida, a presidente Vanessa coloca em votação sendo aprovado a prestação de contas desse período. **Questão indígena**, a presidente Vanessa explica que a pauta foi solicitada pela conselheira Lilian da Fundação de Cultura, mas que a mesma não se faz presente e que portanto a pauta ficará para outro momento. Antes da leitura dos documentos recebidos e expedidos a Presidente abre a palavra e o conselheiro Fernando solicita aos representantes de instituições que respondam o link enviado pelo grupo de WhatsApp que consta solicitação de informações sobre serviços prestados pelas entidades, a fim de produzir o material de marketing do Conselho referente à política de assistência social do município. Em seguida Presidente Vanessa abre a palavra para o acadêmico de administração pública Jorge apresente o trabalho desenvolvido na disciplina de accountability durante todo o semestre que fez análise da atuação do Conselho Municipal de assistência social e que proponha algumas ferramentas para melhorar atuação do mesmo. **Leitura e encaminhamento dos documentos recebidos e expedidos:** Expedido: Ofício nº 053/2018 da Comissão Permanente de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família, solicitando informações a Coordenação do Cadastro Único. Sem mais a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Ketlin da Rosa Talevi, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

